

## Faculdade de Direito cria sua Comissão da Verdade

Por proposta dos representantes discentes, a Congregação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FD-USP) aprovou, em 27/9, a instauração de uma Comissão da Verdade naquela instituição. O lançamento oficial está previsto para 19/11. Em sua defesa falaram professores como Calixto Salomão Filho, Gilberto Bercovitch e Antônio Magalhães Gomes Filho, diretor da faculdade. “A ideia é investigar as violações de direitos humanos que ocorreram na faculdade durante a Ditadura”, declarou Magalhães ao *Informativo Adusp*.

“Na reunião, falamos sobre a justiça de transição, que é importante para a democracia e que não ocorreu no Brasil, mas tenta ocorrer agora com a Comissão Nacional da Verdade. Também mencionamos a criação da Comissão da Verdade na UnB [Universidade de



Monumento erguido na USP pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e Núcleo de Estudos da Violência

Brasília]. Foi tudo muito bem recebido”, relata Thaís Chartoni, representante discente na Congregação.

A Comissão da Verdade da FD será constituída por representatividade paritária entre funcionários, alunos e professores. Seus integrantes serão responsáveis por determinar quais fatos serão apurados e quais deverão ser levados ao conhecimento da comissão nacional. A faculdade realizará a eleição dos representantes dos

funcionários e professores, cabendo ao Centro Acadêmico XI de Agosto organizar a eleição da representação estudantil. Tudo deverá ser feito até a data de lançamento da comissão.

“Queremos investigar o que ocorreu [com relação às perseguições de militantes na Ditadura] na perspectiva da FD, que ajudou em certos momentos aquele regime. A partir da análise do nosso universo, queremos apoiar a criação

da Comissão da Verdade da USP”, explica Thaís.

A proposta de criação de uma Comissão da Verdade na FD surgiu como decorrência do “Ato dos Juristas pela Comissão da Verdade da USP”, realizado nas arcadas em 24/5 (vide *Informativo Adusp* 346). A carta lida na Congregação foi redigida por estudantes que compõem o grupo “Direito e Ditadura”, que desde o início do ano promove atos para debater o tema na instituição.

## Carta ao Co pede retomada do debate sobre democracia e estrutura de poder

A Adusp está enviando aos membros do Conselho Universitário (Co) carta em que chama atenção para uma questão crucial na vida presente e futura da USP: a retomada do debate sobre a necessária e urgente democratização desta Universidade, a começar da sua estrutura de poder. No documento, a Adusp pede aos conselheiros que o debate seja amplo e não se limite às propostas oriundas das congregações. Confira:

“São Paulo, 3 de outubro de 2012.  
Prezado(a) Senhor(a) Conselheiro(a):  
Por decisão da primeira assembleia geral (AG) da Adusp neste semestre, ocorrida em 27/9, que discutiu, entre outros assuntos, o da Democratização da Universidade, nos reportamos aos membros do Conselho Universitário (Co) da USP com o objetivo de argumentar sobre a importância do tema e sobre a necessidade de ampliar sua discussão em todas as instâncias da universidade, atuando de forma exemplar para o conjunto da sociedade.

A reunião de junho do Co retomou o debate iniciado formalmente ainda na gestão da professora Suely Vilela sobre a estrutura de poder na USP, tendo como uma de suas preocupações centrais o processo de eleição do reitor e como subsídio especial a sistematização das propostas encaminhadas pelas várias congregações que discutiram a temática. Dada a importância desse processo, é preciso que elas retornem às unidades para que docentes, funcionários e estudantes tomem conhecimento e discutam o conjunto das propostas apresentadas, ampliando assim o debate sobre o Estatuto da USP.

Por considerar essencial que sejam apreciadas todas as propostas sobre o tema e não apenas aquelas oriundas das congregações de unidades, solicitamos que os(as) senhores(as) conselheiros(as) envidem todos os esforços possíveis para que as propostas aprovadas pelos movimentos de estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes, encaminhadas pelas suas entidades representativas – DCE-Livre da

USP, Sintusp e Adusp, respectivamente – também sejam discutidas.

Ressaltamos que uma mudança estatutária relativa à estrutura de poder na USP, que se pretenda representativa, não pode prescindir do reconhecimento de toda a comunidade universitária, o que só poderá ser alcançado se o processo de discussão e deliberação for aberto e amplo. Se realizado de forma democrática, certamente tal processo permitirá a participação efetiva dos três segmentos organizados da comunidade e contribuirá para uma democratização real, tanto dos órgãos colegiados da universidade quanto dos processos de eleição de reitor e diretores de unidades.

Assim procedendo, o(a) Conselheiro(a) estará agindo no interesse de toda a comunidade universitária e terá contribuído para a necessária democratização da instituição, cumprindo um papel educativo efetivamente exemplar.

Professora Heloísa Borsari  
p/AG da ADUSP de 27/9/2012”

## Ação da URV

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 352, a assembleia de 27/9/12 deliberou que a Adusp entrará com ação coletiva visando a recuperar perdas decorrentes da conversão dos salários em URV, ocorrida em março de 1994. A ação será em nome de todos os docentes mas, em caso de vitória, é possível que o juiz restrinja o ganho àqueles já contratados em 1994 e, entre esses, aos associados da Adusp na data de ingresso com ação, a exemplo do ocorrido na ação do gatilho.

A petição inicial está sendo preparada. Os colegas interessados e ainda não associados, poderão fazê-lo, preenchendo a ficha disponível no site da entidade ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)) e entregando-a na sede da Adusp ou ao representante de sua unidade junto ao Conselho de Representantes (CR).

# Andes-SN realiza X Encontro das Universidades Estaduais

No fim de semana de 28 a 30/9 ocorreu, em Brasília, o X Encontro do Setor das Universidades Estaduais e Municipais (Setor das IE-ES/IMES) do nosso sindicato nacional. Esses encontros vêm sendo incentivados e têm se tornado espaços importantes de troca de experiências entre os participantes. A Adusp, em particular, tem contribuído regularmente com sua presença e, também dessa vez, foi representada pelos professores Andrés Vercik (FZEA), Elisabetta Santoro (FFLCH), Lighia Horodinsky-Matsushigue (IF) e Rosângela Sarteschi (FFLCH).

Foram dias de intensa atividade, orientada por três mesas de discussão e um minicurso sobre orçamento público. Os debates pautaram-se em temas como autonomia, financiamento das universidades estaduais e municipais, além de assuntos relativos à pre-

vidência. Em particular e tomando-os como exemplos, os palestrantes focaram as situações das quatro universidades estaduais da Bahia e das cinco do Paraná. Ficou claro que, como também é discutido nas estaduais paulistas, a vinculação à receita líquida de impostos (RLI) do respectivo Estado é a melhor opção para o financiamento das IEES, por incluir as diversas possibilidades, atendendo-se, porém, para o fato de que o montante desses recursos seja adequado à manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão, que caracteriza as universidades.

Foi intenso o debate sobre os malefícios introduzidos pela lei federal 12.618/12, que limita ao teto do INSS as futuras aposentadorias dos contratados no serviço público federal, a partir do início da vigência do regime de previdência complementar. Pontuou-

se que, no âmbito do Estado de São Paulo, esse regime já é aplicável aos ingressos no serviço público desta esfera desde 23/12/11, data de publicação da lei 14.653/11, que o instituiu.

Todos os presentes que se manifestaram consideraram que o X Encontro foi um bom evento, tendo cumprido seu objetivo. E vale salientar que, ao todo, foram mais de 40 participantes, representando 26 seções sindicais do Andes-Sindicato Nacional. Ademais, é preciso notar que, antes da grande expansão do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, 2007), o número de matrículas nas IEES era praticamente equivalente ao das universidades federais e que existem, hoje, IEES em todos os Estados brasileiros, à exceção de Acre e Sergipe.

## NOTA DA DIRETORIA

### Não era de se prever?

Nos últimos dias, voltaram a ocorrer sequestros-relâmpago no *campus* Butantã. Um deles num lugar nada ermo: saída do prédio de Letras (FFLCH). Felizmente, a integridade física das vítimas foi preservada. Depois do ocorrido, devidamente noticiado nas mídias, apareceram vigilantes e a Polícia Militar (PM) foi vista em rondas agressivas no entorno.

Vale uma reflexão. A entrada ou ampliação da presença da PM no *campus* supostamente prestava-se a coibir tais crimes. Contudo, não os tem prevenido. E por quê?

Em primeiro lugar, medidas elementares, mas fundamentais, recomendadas pelas entidades em 2011, não foram tomadas, a saber: 1) instalação de iluminação adequada e eficiente em todos os pontos do *campus*; e 2) ampliação e valorização da Guarda Universitária (incluída a contratação de mulheres), com a constituição de um efetivo que realize a segurança, devidamente formado por valores humanitários e democráticos, para o convívio com a diversidade que caracteriza e torna singular a Universidade.

Em segundo lugar, a PM não tem adotado como perspectiva de ação o patrulhamento preventivo.

Assim, a segurança do *campus* parece ter sido usada como pretexto para justificar a presença permanente da PM na Cidade Universitária, cujo objetivo prioritário seria a repressão.

Insistimos: é preciso que a Reitoria assuma a responsabilidade de formular políticas — devidamente respaldadas pela comunidade — também para o encaminhamento das questões relativas à segurança, deixando de delegar à PM esse papel. Afinal, se isso não for possível nem na Universidade pública, onde será?

Diretoria da Adusp

## Revista traz caderno especial sobre mortos e desaparecidos políticos vinculados à USP

Circulará a partir desta semana a edição 53 da *Revista Adusp*, cuja reportagem de capa relata a tragédia que se abateu, em 1968, sobre dois estudantes bolivianos da USP, os irmãos Juan Antonio (Instituto de Física) e Jorge Rafael Forrastal (Escola Politécnica). Jorge foi preso na invasão do Crusp pelo II Exército, em dezembro daquele ano, logo após a edição do AI-5, e torturado. Dias depois, Juan foi ao II Exército à procura do irmão. Foi então preso e também submetido a torturas. Libertado em 1969 com o irmão, mas psicologicamente atormentado, Juan jamais se recuperou das violências sofridas, suicidando-se em 1972. A USP não tomou qualquer providência para libertar nem os irmãos Forrastal, nem, ao que se saiba, os demais presos no Crusp.



A reportagem de capa integra um caderno especial que pretende subsidiar as comissões da verdade que vierem a ser criadas pela USP. São pelo menos 47 os mortos ou desaparecidos políticos no período da Ditadura Militar que possuíam algum vínculo com a Universidade,

entre docentes, alunos e ex-alunos. A edição 53 retoma os casos da professora Ana Rosa Kucinski (assassinada em 1974) e do jornalista e professor Vladimir Herzog (assassinado em 1975), agora sob o prisma do comportamento das unidades a que pertenciam: Instituto de Química e Escola de Comunicações e Artes.

A edição 53 aborda também a situação contemporânea da repressão institucional aos movimentos sociais pela Reitoria da USP; a explosiva questão das Polícias Militares no Brasil; uma severa crítica ao projeto de privatização da educação pública, defendido pelos “reformadores empresariais”, em entrevista concedida pelo professor Luiz Freitas, da Unicamp; e um retrato acurado da crise do ensino superior na Espanha e em Portugal, provocada pelos cortes no financiamento público. Traz, ainda, ampla reportagem sobre a Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP).

## De lata?

A USP pode estar entrando em uma nova fase: a da utilização de estruturas metálicas para resolver a falta de espaço físico. São bem conhecidas as críticas à utilização dessas estruturas, do ponto de vista técnico, em relação a conforto térmico e isolamento acústico, entre outras.

No Brasil já há escolas e universidades “de lata”. Ocorreu isso, por exemplo, na expansão da Universidade Federal Fluminense (UFF) por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, 2007), feita à base de estruturas metálicas, como foi amplamente divulgado na mídia. Críticas a esse tipo de solução vieram de diferentes correntes de pensamento. Um dos candidatos à Prefeitura de São

Paulo utilizou o fim das “escolas de lata” até como bandeira de sua campanha eleitoral.

Tudo isso não constituiu óbice para comprar e instalar no *campus* de Pirassununga dois contêineres, que serão utilizados, em princípio, como sala de professores e estudantes de pós-graduação e como laboratórios. A compra teria sido realizada por iniciativa de um docente com recursos de projetos próprios. Mas esse não seria um fato isolado, pois a compra de novos contêineres já foi aprovada pelo Conselho do Departamento de Ciências Básicas, cujo chefe, o mesmo que teria comprado os contêineres instalados, propôs a adoção de sua iniciativa para resolver o problema da falta de espaço gerada pela criação de dois



Contêiner instalado na FZEA

novos cursos em 2009 e pela contratação de novos docentes.

A compra estaria à espera de uma decisão administrativa da direção da unidade e seria feita com reserva técnica institucional gerada por auxílios à pesquisa da Fapesp. Enquanto são finalizadas as

construções em atraso, os contêineres permitiriam não só solucionar o déficit de espaço físico de maneira rápida, mas também driblar as restrições impostas pela Fapesp quanto à utilização destes recursos, que proíbem as construções de novos prédios.

## Comissão de Meio Ambiente do *campus* de RP condena o cercamento do lago

A presença de carrapatos em áreas públicas de circulação de estudantes, funcionários e usuários do *campus* de Ribeirão Preto é motivo de atenção, em razão da possibilidade de ocorrência de febre maculosa, uma patologia com sintomatologia pouco específica. Mas isso não justifica a adoção de medidas à revelia dos órgãos competentes e sem a devida consulta à comunidade acadêmica.

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) da instituição recentemente

se pronunciou, em votação secreta, a respeito das questionáveis medidas que estão sendo tomadas no *campus*, objeto de notícia do *Informativo Adusp* 350, de 27/8. Por expressiva maioria, a CMA colocou-se contra a construção da cerca em torno do lago, seja por considerá-la ineficaz como medida para a solução do problema (10 votos a três), seja pelo impacto ambiental que produzirá (12 votos a um).

No entanto, a construção da cerca continua, assim como a

aplicação de acaricida na região. Tais ações configuram-se como atos declarados de desrespeito da Prefeitura do *Campus* e do prefeito, Osvaldo Luiz Bezzon, à posição da CMA e à opinião de especialistas da área.

No momento em que se comemora o cinquentenário de *Silent Spring*, da bióloga Rachel Carson, é irônico que dentro de uma Universidade se insista na prática de medidas que somente levarão ao agravamento futuro das

condições ambientais, com repercussões sobre todos os membros da comunidade.

No final de outubro, promovida pela Superintendência de Gestão Ambiental da USP, haverá uma oficina específica para tratar do tema capivaras e carrapatos, já que este problema socioambiental é enfrentado por outros *campi* da nossa universidade. Um dos objetivos desse encontro será o de discutir a possibilidade de elaboração de normativas comuns. Espera-se que a administração da USP saiba diferenciar entre autoridade e autoritarismo, e venha a revisar suas atitudes, sem mais delongas.

## Estrada que dá acesso ao *Campus* I da Escola de Engenharia de Lorena está inacessível desde 2010

Em janeiro de 2010, uma enchente destruiu a ponte que permitia acesso ao *Campus* I da Escola de Engenharia de Lorena (EEL) por meio da Estrada Municipal do Campinho, na região central da cidade. Mais de dois anos após o incidente, nenhum reparo foi feito. Ao invés disso, uma frágil ponte de madeira foi improvisada no local, que, mesmo sem garantir uma travessia segura, ainda é frequentado por estudantes. “Não passa carro, mas tem alunos que atravessam [a ponte improvisada] de bicicleta”, conta André Prado, professor na instituição.

Segundo o diretor da EEL, professor Nei de Oliveira Jr, no fim do ano passado o reitor da universidade, João Grandino Rodas, visitou a Prefeitura em sua companhia e ofe-

receu ajuda. Porém, à época e até recentemente, implicações judiciais culminaram na cassação do prefeito, Paulo Neme, e impediram que projetos de reparação fossem implantados de fato. “Restou esperar pelo resultado das eleições, o que saberemos em breve. Então, irei conversar com o novo prefeito e a nova Câmara Municipal para reiniciar a conversa de onde paramos”.

Para Prado, a demora por uma solução torna a situação mais grave. Isso porque como alternativa ao acesso pela Estrada Municipal do Campinho, alunos e funcionários utilizam a BR-459 para chegar ao *campus*. “Recentemente, houve diversos acidentes na BR. É necessário que a universidade use sua força política para exigir a mudança da situação”.

**Fragilidades.** Os problemas na administração pública de Lorena são estruturais e não se resumem à dificuldade de acesso à EEL. Para se ter ideia da situação, em abril de 2011, o programa de TV CQC esteve presente na cidade para exigir os reparos necessários na ponte e mostrou que a demora prejudica não só alunos, mas também outros moradores da cidade. À época, o secretário de Comunicação da Prefeitura, Fernando Rezende, afirmou que em outubro daquele ano, os reparos seriam feitos, o que não ocorreu. “Lorena é uma cidade pobre e com problemas sociais seríssimos. Minhas tratativas com as autoridades são constantes desde 2006, e nunca foram de molde a exigir trata-

mento diferenciado aos estudantes da USP”, comenta o diretor Oliveira Jr.

O transporte público é apontado pelos moradores como uma das principais fragilidades da cidade. A ponte quebrada dificulta um percurso que já era difícil, segundo alunos que reclamam da falta de ônibus que passem perto da EEL. “A ponte ficava próxima do bairro Ponte Nova, que tem ônibus com frequência”, salienta Prado sobre o agravamento do agravamento. Os alunos também reclamavam do acesso entre os *campi* I e II da instituição, questão que, segundo o diretor, já foi resolvida. “O transporte entre o *Campus* I e o *Campus* II feito por ônibus da USP já existe desde o início do ano letivo”, esclarece Oliveira Jr.

# MTST sofre repressão em Taboão da Serra

No último dia 3 de outubro, cerca de 400 pessoas das ocupações Chico Mendes, Silvério de Jesus e Che Guevara foram duramente reprimidas pela Guarda Civil (GCM) de Taboão da Serra, a mando do presidente daquela casa legislativa, vereador Macário (PT).

Após coordenar o grupo de vereadores que barrou a votação de um projeto que transformaria duas áreas da cidade em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o referido vereador ofendeu os manifestantes e encerrou a sessão.

Com isso, iniciou-se um tumulto que terminou com tiros de armas de fogo disparados por guardas municipais, alguns inclusive à paisana. Quatro companheiros do MTST foram brutalmente espancados pelos guardas, tendo sido atendidos no pronto socorro Akira Tada.

Após o episódio, no qual foram destruídas cadeiras e portas da Câmara, alguns vereadores, liderados pelo Sr. Macário, não se deram por satisfeitos e foram até o 1º DP de Taboão para buscar criminalizar o movimento e respon-



Manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

sabilizá-lo pelos acontecimentos.

Militantes do MTST irão responder criminalmente por dano ao patrimônio e lesão corporal, embora os feridos tenham sido do próprio movimento. Além disso, boa parte dos danos foram causados pela ação despreparada da própria GCM. São eles os responsáveis por mais de 15 feridos do MTST, sendo 3 idosos.

O MTST repudia as cenas de violência e a postura de alguns vereadores e denuncia que o Sr. Macário se submete servilmente à

especulação imobiliária, tendo arquitetado a retirada de terrenos de ZEIS no município.

O projeto que seria levado à votação transformaria em ZEIS, para fins de moradia popular, duas grandes áreas ociosas da região. Uma delas já foi ocupada pelo movimento duas vezes, em 2005 e 2010. Até o início deste ano, tais áreas, localizadas num bairro valorizado da cidade, tinham essa destinação social. Mas, por meio de um projeto de iniciativa do próprio vereador Macá-

rio, votado na calada da noite há alguns meses atrás, foram redirecionadas para a construção de condomínios destinados à classe média alta. Há informações de que o local em questão teria sido adquirido pela Cyrela, uma das grandes construtoras do país, e de que tal empresa teria feito um acordo com vereadores do município para a mudança de zoneamento.

O ocorrido na semana passada mostra até que ponto tais vereadores, independentemente da coloração partidária, estão dispostos a servir aos interesses do capital imobiliário e honrar seus acordos escusos com estes grandes financiadores de campanha eleitoral.

O MTST realizou, dois dias após a selvageria da GCM, um ato de repúdio à violência em frente à Câmara Municipal e à Prefeitura de Taboão da Serra. Contamos com a Adusp e a comunidade universitária para lutar conosco contra o avanço da criminalização e repressão às lutas sociais.

**Guilherme Boulos, membro da Coordenação Nacional do MTST**

## PG-USP descumpre prazos, mas promete informações sobre processos contra estudantes

Como parte da apuração para a reportagem “Nova ‘procuradoria disciplinar’ torna a repressão profissional”, publicada na *Revista Adusp* 53, a jornalista Katia Abreu solicitou à Procuradoria Geral (PG-USP), em 22/8, um levantamento do número de processos disciplinares abertos pela Reitoria contra estudantes nos últimos seis anos. A informação não chegou. A PG-USP não cumpriu o prazo previsto na lei para manifestar-se, de 20 dias, e nem o prazo complementar de 10 dias.

A solicitação baseia-se na Lei de Acesso à Informação (lei 12.527, de 18/11/2011) e inclui a relação nominal dos estudantes processados pela Universidade e a que tipo de processos estão respondendo. “O pedido vai além de um dado que eu queria como repórter, é um dado que eu tenho o direito de ver como cidadã”, diz Katia.

A referida lei estipula que “o órgão ou entidade pública solicitada deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”. Caso isso não seja possível, num prazo não superior a 20 dias indica-se o cumprimento de retornos como “comunicar a data, local e

modo para se realizar a consulta”; “indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido” ou “comunicar que não possui a informação e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém”.

**Deferimento.** Somente no dia 24/9 é que a PG-USP respondeu, nos seguintes termos: “O pedido (...) foi deferido, respeitadas as informações pessoais, cujo acesso é restrito nos termos do § 1º do art. 31 da Lei federal nº 12.527/11, do inciso II do artigo 27 e do item 1 do § 1º do artigo 35, ambos do Decreto estadual nº 58.052/12. Quanto ao prazo, cumpre esclarecer que a informação, na forma como foi solicitada, exige prévia análise de dados para levantamento estatístico”.

A PG-USP não definiu, porém, a data em que as informações serão repassadas à jornalista: “Na forma como solicitada, a informação ainda precisa ser produzida. Assim, solicitamos que V. Sa. aguarde a elaboração dos dados que lhe serão encaminhados oportunamente”.

## Mídia brasileira em debate

Liberdade de expressão para amplos setores da sociedade, **democracia no acesso** à informação (que inclui análise e opinião), **qualidade e confiabilidade** destas últimas são características complementares e essenciais para configurar uma **mídia democrática**.

A mídia brasileira possui tais características? Esta e outras questões serão debatidas na mesa redonda:

**Mídia brasileira: liberdade, democracia e confiabilidade da informação**

Paulo Moreira Leite (*revista Época*)  
Sergio Lirio (*revista Carta Capital*)  
Silvio Caccia Bava (*Le Monde Diplomatique Brasil*)

**dia 22/10, às 17h, no aud. Lupe Cotrim (ECA)**

realização Adusp

O papel do jornalismo na sociedade brasileira; o poder político, cultural e econômico dos grupos empresariais de mídia; a configuração oligopólica do sistema brasileiro de mídia; as questões relacionadas ao financiamento dos meios de comunicação - em especial a publicidade, privada ou oficial - e a eventuais conflitos de interesse dele decorrentes...

Certamente há material de sobra para os debatedores.

Este é o primeiro de uma série de debates que a Adusp pretende realizar sobre o tema mídia no Brasil. Compareça!